

Ventos de São Felipe Holding S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de
2024**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de São Felipe Holding S.A.
Maracanaú – Ceará**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ventos de São Felipe Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos de São Felipe Holding S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

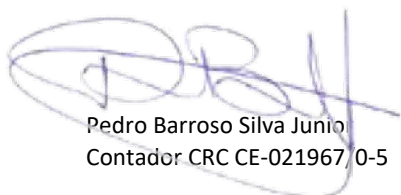
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junio
Contador CRC CE-021967/0-5

Ventos de São Felipe Holding S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.220	25.936	57	304	Fornecedores		661	93	-	8
Contas a receber de clientes	6	6.461	6.402	-	-	Empréstimos e financiamentos	9	8.877	6.960	-	-
Partes relacionadas - outros créditos	15	-	1.054	-	-	Partes relacionadas - outras contas a pagar	15	364	43	-	-
Outros créditos		630	352	14	8	Obrigações fiscais		2.438	2.414	-	-
						Imposto de renda e contribuição social	17	601	464	-	-
						Outras contas a pagar		62	704	-	-
Total do Ativo Circulante		15.311	33.744	71	312	Total do Passivo Circulante		13.003	10.678	-	8
Aplicações financeiras vinculadas	5	5.738	5.293	-	-	Empréstimos e financiamentos	9	151.912	164.392	-	-
						Provisão de desmobilização		3.278	3.127	-	-
Realizável a longo prazo		5.738	5.293	-	-	Total do Passivo Não circulante		155.190	167.519	-	-
Investimentos	8	-	-	86.044	103.824	Patrimônio líquido	10				
Imobilizado	7	232.606	243.122	-	-	Capital social		67.824	90.354	67.824	90.354
Intangível		653	166	-	-	Reserva legal		5.086	3.556	5.086	3.556
						Reserva de lucros a distribuir		13.205	10.218	13.205	10.218
		233.259	243.288	86.044	103.824	Total Patrimônio Líquido		86.115	104.128	86.115	104.128
Total do Ativo Não Circulante		238.997	248.581	86.044	103.824	Total do Passivo		168.193	178.197	-	8
Total do Ativo		254.308	282.325	86.115	104.136	Total do Passivo e Patrimônio líquido		254.308	282.325	86.115	104.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Felipe Holding S.A.

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Consolidado		Controladora		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Receita líquida operacional	11	67.355	63.649	-	-
Custos operacionais	12	(22.777)	(17.396)	-	-
Lucro bruto		44.578	46.253	-	-
Despesas gerais ou administrativas	13	(1.191)	(1.482)	(28)	(22)
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.043)	-	-	-
Despesas operacionais		(2.234)	(1.482)	(28)	(22)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		42.344	44.771	(28)	(22)
Receitas financeiras	14	2.370	5.801	14	38
Despesas financeiras	14	(11.192)	(11.404)	(3)	(3)
Resultado financeiro		(8.822)	(5.603)	11	35
Resultado de equivalência patrimonial	8	-	-	30.609	35.186
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		33.522	39.168	30.592	35.199
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(2.930)	(3.971)	-	(2)
Lucro do exercício		30.592	35.197	30.592	35.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Felipe Holding S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício	30.592	35.197	30.592	35.197
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-	-	-
Resultado abrangente total	30.592	35.197	30.592	35.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Felipe Holding S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		90.354	1.796	20.089	-	112.239
Lucro do exercício		-	-	-	35.197	35.197
Destinação do Lucro		-	-	-	-	-
Reserva legal	10	-	1.760	-	(1.760)	-
Dividendos obrigatórios	10	-	-	-	(8.359)	(8.359)
Dividendos adicionais distribuídos	10	-	-	(34.949)	-	(34.949)
Reserva de lucros a distribuir	10	-	-	25.078	(25.078)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		90.354	3.556	10.218	-	104.128
Redução de capital	10	(22.530)	-	-	-	(22.530)
Lucro do exercício		-	-	-	30.592	30.592
Destinação do lucro:		-	-	-	-	-
Reserva legal	10	-	1.530	-	(1.530)	-
Dividendos obrigatórios	10	-	-	-	(7.266)	(7.266)
Dividendos adicionais distribuídos	10	-	-	(18.809)	-	(18.809)
Reserva de lucros a distribuir	10	-	-	21.796	(21.796)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		67.824	5.086	13.205	-	86.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Felipe Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício		30.592	35.197	30.592	35.197
Ajustes para:					
Depreciação	7	10.760	10.760	-	-
Juros sobre provisão de desmobilização	14	151	138	-	-
Equivalência patrimonial	8	-	-	(30.609)	(35.186)
Rendimento de aplicações	5	(523)	(577)	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	10.280	10.689	-	-
Resultado da baixa de imobilizado	7	-	4	-	-
Apropriação do custo de captação	9	742	565	-	2
Imposto de renda e contribuição social	17	2.930	3.971	-	-
Outros		633	657	-	-
		55.565	61.404	(17)	13
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(59)	(427)	-	-
Outros créditos		(826)	(652)	(6)	(2)
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		1.375	(628)	-	(2)
Fornecedores		568	68	(8)	8
Obrigações fiscais		(1.359)	(1.051)	-	(5)
Outras contas a pagar		(642)	133	-	-
Caixa proveniente das atividades operacionais		54.622	58.847	(31)	12
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	9	(10.216)	(12.005)	-	-
Impostos pagos sobre o lucro	17	(1.410)	(3.002)	-	(1)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		42.996	43.840	(31)	11
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos	8	-	-	26.149	50.004
Redução de investimentos em controladas	8	-	-	22.240	-
Aquisição de intangível		(494)	-	-	-
Aquisição de imobilizado	7	(244)	(480)	-	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas (proveniente das) atividades de investimento		(738)	(480)	48.389	50.004
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos a acionistas	10	(26.075)	(50.004)	(26.075)	(50.004)
Redução de capital	10	(22.530)	-	(22.530)	-
Amortizações de principal - empréstimos e financiamentos	9	(8.833)	(7.771)	-	-
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	9	(2.536)	(2.714)	-	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(59.974)	(60.489)	(48.605)	(50.004)
Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa		(17.716)	(17.129)	(247)	11
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	25.936	43.065	304	293
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	8.220	25.936	57	304
Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa		(17.716)	(17.129)	(247)	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Felipe Holding S.A. (“Companhia”), com sede em Maracanaú (CE), foi constituída em 6 de fevereiro de 2019 e tem por objeto social participar como acionista do capital social de sua controlada, que possui empreendimento no setor de energia renovável.

Sua controlada tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Ventos de Santa Martina 11; e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento possui 63 MW de capacidade instalada, está localizado em Riachuelo (RN) e entrou em operação comercial plena em 09 de dezembro de 2021. A Controlada comercializa energia no mercado regulado e no mercado livre, através de contratos de longo prazo.

1.1 Eventos societários relevantes que ocorreram no exercício

Em 13 de maio de 2024 a Casa dos Ventos S.A. (“CDV”) transferiu 542.592 ações ordinárias classe A e 26.391.071 ações preferenciais da Ventos de São Felipe Holding S.A., totalizando a transferência total de 26.933.663 ações à FLS RDV Subholding S.A. (“FLS RDV”), que passou a ser sua controladora direta, permanecendo a CDV controladora final da Companhia. A partir desta data, a FLS RDV passou a ter participação direta no capital social de R\$ 47.612.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações

financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota 2.8** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada; e
- **Nota 2.8** – provisão de desmobilização: determinar o prazo de operacionalização do empreendimento com base no período de concessão da outorga.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, listada a seguir:

Controlada	Localização	Data de constituição	Status	Tipo de investimento		% de participação no Capital Social	
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A.	Riachuelo (RN)	23/01/2018	Em fase operacional	Controlada	Controlada	100%	100%

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Base de mensuração

A demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua Controlada classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e sua Controlada classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e sua controlada realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas – outros créditos e aplicações financeiras vinculadas.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas – outras contas a pagar, outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 Ativo imobilizado (Consolidado)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializado, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão de desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas a obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais estabelecidas em contratos de arrendamentos de terrenos onde o empreendimento eólico está localizado. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A

administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia e sua controlada não possuem diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar, conforme nota 17(a).

O imposto de renda da Controlada foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social da Controlada foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Arrendamento

A Companhia não adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

2.12 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletirem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.13 Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants*.

A Companhia e sua controlada adotaram a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024.

As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório.

Apesar da mudança na política, não há impacto nas demonstrações individuais e consolidadas comparativas, pois a Companhia e sua controlada não possuem notas conversíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.14 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
 - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
 - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(b) **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. (“CDV”), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventus (“FIC Consolidador”).

Com relação às contas a receber de clientes, a controlada da Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia e sua Controlada não cumprirem suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades dos seus fluxos de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. O principal passivo financeiro contratado é a dívida com o BNB firmado pela Controlada, conforme apresentado na nota 9.

A Companhia e sua controlada monitoram o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa para suas operações. Adicionalmente, os saldos das contas reservas vinculadas podem ser

utilizadas para cobertura temporária de caixa para o serviço da dívida e pagamento ao fornecedor de O&M.

(iv) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia e sua Controlada não possuíam em 31 de dezembro de 2024 e 2023 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. O financiamento contratado pela Controlada, apresentado na nota 9, possui risco de mercado associado à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldos 31/12/2024	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	8.000	Baixa do CDI	7.466	6.987
Efeito no resultado	1.837		1.303	824
Aplicações financeiras	5.738	Baixa do CDI	5.599	5.465
Efeito no resultado	523		384	250
Empréstimos e financiamentos	(160.789)	Alta do IPCA	(163.352)	(165.915)
Efeito no resultado	(9.671)		(12.234)	(14.797)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	220	299	4	4
Fundos de investimentos restrito (a)	8.000	25.637	53	300
Total	8.220	25.936	57	304

- (a) A Companhia e sua controlada possuem aplicações alocadas em fundo de investimento, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2024 foi de 11,25% a.a. (13,32% acumulado em 31 de dezembro de 2023).

5 Aplicações financeiras vinculadas (Consolidado)

a. **Composição do saldo**

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações vinculadas – Fundo de Liquidez BNB (a)	5.738	5.293
Total	5.738	5.293

Ativo não circulante 5.738 5.293

- (a) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) em conta de fundo de liquidez constituído por meio Contrato de Financiamento firmado pela controlada junto ao BNB em 30 de dezembro de 2019. Tais recursos serão mantidos por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao contrato de

financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 10,12% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (12,09% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	5.293	4.803
Rendimento de aplicações	523	577
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(78)	(87)
Saldos finais	5.738	5.293

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia – terceiros	6.372	6.259
Venda de energia – partes relacionadas (nota 15)	89	143
Total	6.461	6.402

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia e sua controlada não apresentavam títulos vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

7 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Torres anemométricas	10,00%	62	(26)	36	42
Máquinas e equipamentos	1,8% a 16,7%	259.476	(32.546)	226.929	231.100
Edificações	3,3% a 4%	3.148	(325)	2.823	2.928
Provisão de desmobilização	2,86%	2.989	(171)	2.818	2.904
Custos de empréstimos	3,13%	-	-	-	6.148
Total		265.675	(33.068)	232.606	243.122

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2023	Adições	Transferências	Depreciação	31/12/2024
Torres anemométricas	42	-	-	(6)	36
Máquinas e equipamentos	231.100	244	6.148	(10.563)	226.929
Edificações	2.928	-	-	(105)	2.823
Provisão de desmobilização	2.904	-	-	(86)	2.818
Custos de empréstimos	6.148	-	(6.148)	-	-
Total	243.122	244	-	(10.760)	232.606

Descrição	31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2023
Torres anemométricas	53	-	(4)	(7)	42
Máquinas e equipamentos	240.977	480	-	(10.357)	231.100
Edificações	3.034	-	-	(106)	2.928
Provisão de desmobilização	2.989	-	-	(85)	2.904
Custos de empréstimos	6.353	-	-	(205)	6.148
Total	253.406	480	(4)	(10.760)	243.122

8 Investimentos (Controladora)

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A.	86.044	103.824
Total	86.044	103.824

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	103.824	111.941
Equivalência Patrimonial	30.609	35.186
Redução de investimento (a)	(22.240)	-
Distribuição de lucros (b)	(26.149)	(43.303)
Saldos finais	86.044	103.824

- (a) Em 30 de janeiro de 2024, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), deliberou-se sobre a redução do capital social da controlada no montante de R\$ 22.240, com o cancelamento de 22.240.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e a restituição do capital à Companhia, com efeito caixa no exercício.
- (b) Durante o exercício de 2024 a controlada efetuou pagamentos à controladora a título de distribuição de lucros no montante de R\$ 26.149 (R\$ 50.004 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$ 15.927 se referem a dividendos intermediários apurados sobre o lucro do período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2024, conforme deliberado em AGE no dia 30 de outubro de 2024, e R\$ 10.222 relativo à reserva de lucros de 2023 da controlada, que tiveram efeito caixa em 2024.

c. Saldos da Controlada

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	254.237	282.013
Passivo	168.192	178.189
Patrimônio Líquido	86.044	103.824
Resultado do exercício	30.609	35.186

9 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Em 30 de dezembro de 2019, a controlada celebrou contrato de financiamento com o BNB, no valor de R\$ 166.830 destinado à implantação do empreendimento, providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”).

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pela taxa de juros prefixada de 1,15% ao ano. O período total de pagamento é de 198 meses com carência de 32 meses, sendo a primeira prestação liquidada em 15 de agosto de 2022 e a prestação final a vencer em 15 de janeiro de 2039. Em dezembro de 2020 a Companhia realizou a primeira aplicação em conta de reserva vinculada, conforme citado na nota 5(a).

Os *covenants* do contrato firmado são aqueles usuais (não financeiros) para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao BNB, e a garantia dele se dá por meio de fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento, e por conta reserva (fundo de liquidez).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a controlada encontrava-se adimplente com os *covenants* presentes no contrato.

a. Composição do saldo

Descrição	Tipo	31/12/2024	31/12/2023
BNB	Financiamento	172.308	181.078
Custo de captação		(11.519)	(9.726)
Total		160.789	171.352

b. Movimentação da conta

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	171.352	182.588
Amortizações de principal	(8.833)	(7.771)
Juros incorridos	10.280	10.689
Juros pagos	(10.216)	(12.005)
Apropriação custo de captação	742	565
Custo de captação incorrido no exercício	(2.536)	(2.714)
Saldos finais	160.789	171.352

Circulante	8.877	6.960
Não circulante	151.912	164.392

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
2025	-	-	9.359	5%
2026	9.358	6%	9.445	5%
2027	9.333	6%	9.419	5%
2028	9.928	6%	10.019	6%
2029	10.480	6%	10.576	6%
2030	11.082	7%	11.183	6%
2031	11.763	7%	11.869	7%
2032	12.246	8%	12.356	7%
2033	12.826	8%	12.941	7%
2034	13.530	8%	13.650	8%
2035	14.220	9%	14.344	8%
2036	15.009	9%	15.136	9%
2037	15.769	9%	15.898	9%
2038	15.816	10%	15.946	5%
2039	1.249	1%	1.329	5%
Total parcelas – longo prazo	162.609	100%	173.470	100%
(-) Custo de captação – longo prazo	(10.697)		(9.078)	
Saldo total – longo prazo	151.912		164.392	

10 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 67.824 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 90.354 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 67.824.000 ações, sendo 33.912.000 ações ordinárias e 33.912.000 ações preferenciais, todas nominativas, e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2024			31/12/2023		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Ares 1 Participações S.A.	20%	13.565	7.656.577	20%	18.071	10.199.963
Casa dos Ventos S.A. (Nota 1.1)	-	-	-	70,2%	63.428	35.880.577
FLS RDV Subholding S.A. (Nota 1.1)	70,2%	47.612	26.933.663	-	-	-
Anglo American Níquel Brasil Ltda.	9,8%	6.647	33.233.760	9%	8.855	44.273.460
Total	100%	67.824	67.824.000	100%	90.354	90.354.000

Redução de capital

Em 30 de janeiro de 2024, por meio de AGE, deliberou-se sobre a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 22.530, com o cancelamento de 22.530.000 ações, sendo 11.265.000 ações ordinárias e 11.265.000 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, e a restituição do capital aos acionistas da Companhia, com efeito caixa no exercício. Com a deliberação, o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado reduziu de R\$ 90.354 para R\$ 67.824.

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do Estatuto Social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 7.266 (R\$ 8.359 em 31 de dezembro de 2023).

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício	30.592	35.197
(-) Reserva legal (5%)	(1.530)	(1.760)
Base para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	29.062	33.437
Dividendos propostos	7.266	8.359

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 1.530 (R\$ 1.760 em 31 de dezembro de 2023), conforme tabela acima.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2024 foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$ 21.796 (R\$ 25.078 em 31 de dezembro de 2023).

Dividendos pagos a acionistas

Durante o exercício de 2024 a Companhia realizou pagamentos a título de dividendos no montante de R\$ 26.075 (R\$ 50.004 em 31 de dezembro de 2023), conforme composição abaixo:

Descrição	31/12/2024
Reserva de lucros de 2023 (a)	10.218
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024 (b)	7.266
Dividendos adicionais de 2024 (b)	8.591
Total	26.075

- (a) Em 15 de abril de 2024, de acordo com Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a Companhia realizou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 10.218 relativos aos lucros do exercício de 2023.
- (b) Em 30 de outubro de 2024, de acordo com AGE, a Companhia realizou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 15.857 provenientes dos lucros apurados no período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2024, sendo R\$ 7.266 referentes à antecipação dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024 e R\$ 8.591 referentes à dividendos adicionais aos dividendos obrigatórios do exercício de 2024.

Destaca-se que os montantes R\$ 10.218 e R\$ 8.591 da tabela acima se referem a dividendos adicionais distribuídos em 2024, totalizando R\$ 18.809 (R\$ 34.949 em 31 de dezembro de 2023).

11 Receita líquida de vendas (Consolidado)

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia	69.904	66.031
PIS e Cofins sobre vendas	(2.549)	(2.382)
Total	67.355	63.649

12 Custos operacionais (Consolidado)

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Custos com pessoal	(231)	(209)
Energia comprada	(6.821)	(3.356)
Depreciação	(10.760)	(10.547)
Gastos com propriedades	(1.171)	(915)
Gastos com manutenção	(1.836)	(615)
Outros custos	(1.958)	(1.754)
Total	(22.777)	(17.396)

13 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(1.177)	(1.173)	(21)	(20)
Depreciação	-	(213)	-	-
Outras despesas	(14)	(96)	(7)	(2)
Total	(1.191)	(1.482)	(28)	(22)

- (a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2024, R\$ 1.133 e R\$ R\$ 14 se referem a pagamentos de consultoria à Casa dos Ventos S.A., consolidado e controladora, respectivamente (R\$ 1.099 e R\$ 13 em 31 de dezembro de 2023, consolidado e controladora, respectivamente), conforme citado na nota 15(a).

14 Resultado financeiro

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	2.360	5.796	12	38
Outras receitas financeiras	10	5	2	-
Total	2.370	5.801	14	38
Despesas financeiras				
Tarifas bancárias	(13)	(13)	(3)	(3)
Juros sobre empréstimos e financiamento	(10.280)	(10.688)	-	-
Apropriação do custo de captação	(742)	(565)	-	-
Juros sobre provisão de desmobilização	(151)	(138)	-	-
Outras despesas financeiras	(6)	-	-	-
Total	(11.192)	(11.404)	(3)	(3)
Resultado financeiro líquido	(8.822)	(5.603)	11	35

15 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	89	1.197	-	-
Contas a receber de clientes				
Venda de energia (nota 6)/(c)	89	143	-	-
Partes relacionadas – outros créditos				
Transações de condomínio (b)	-	1.054	-	-
Passivo	364	43	-	-
Partes relacionadas – outras contas a pagar				
Transações de condomínio (b)	360	43		
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	4	-	-	-
Resultado	6.690	2.868	(14)	(13)
Receita líquida de vendas				
Venda de energia (c)	7.953	4.090	-	-
Custos operacionais				
Energia comprada (c)	(130)	(123)	-	-
Despesas gerais ou administrativas				
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(1.133)	(1.099)	(14)	(13)

(a) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia e sua controlada possuem contrato de prestação de serviços firmado com a Casa dos Ventos S.A., que possui a finalidade de prestação de serviços administrativos.

(b) A Controlada possui despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias até a sua liquidação.

(c) A Controlada possui operações de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 02 de janeiro de 2023, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

16 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Ventos de São Felipe Holding S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Descrição	Mensuração do valor justo	Consolidado				Controladora			
		31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		8.220	8.220	25.936	25.936	57	57	304	304
Contas a receber de clientes		6.461	6.461	6.402	6.402	-	-	-	-
Partes relacionadas - outros créditos		-	-	1.054	1.054	-	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas		5.738	5.738	5.293	5.293	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(160.789)	(172.308)	(171.352)	(181.078)	-	-	-	-
Fornecedores		(661)	(661)	(93)	(93)	-	-	(8)	(8)
Dividendos a pagar		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar		(62)	(62)	(704)	(704)	-	-	-	-
Partes relacionadas - outras contas a pagar		(364)	(364)	(43)	(43)	-	-	-	-
Total		(141.457)	(152.976)	(133.507)	(143.233)	57	57	296	296

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia e sua controlada não apresentavam instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – Empréstimos e financiamentos (BNB)	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

17 Imposto de renda e contribuição social corrente

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda corrente	(1.963)	(2.738)
Contribuição social corrente	(967)	(1.233)
Total	(2.930)	(3.971)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia	69.904	66.031
Alíquota de presunção	8%	8%
Lucro presumido	5.592	5.282
IRPJ adicional/Outras receitas não operacionais	2.356	5.763
Alíquota vigente	25%	25%
Imposto de renda corrente	(1.963)	(2.738)
Alíquota de presunção (CSLL)	12%	12%
Lucro presumido	8.388	7.924
Outras receitas não operacionais	2.356	5.763
Alíquota vigente	9%	9%
Contribuição social corrente	(967)	(1.233)
Alíquota efetiva	(8,7%)	(10,1%)

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	464	738
Imposto de renda e contribuição social no exercício	2.930	3.971
Impostos pagos sobre o lucro	(1.410)	(3.002)
Compensações no exercício	(1.383)	(1.243)
Saldos finais	601	464

18 Contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e sua Controlada, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliaram não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.